COMUNICADO
Em conformidade com a Lei Complementar nº 846, de 04-6-1998
Balanço Patrimonial – SERVIÇO ESTADUAL DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM II - SEDI II - SERVIÇO SOCIAL DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO-SECONCI

Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo - SECONCI - SP
SEDI II - Serviço Estadual de Diagnóstico por Imagem II

CNPJ nº 61.687.356/0030-74

Demonstrações Financeiras

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	5.555.506	6.563.404
Estoques	4	573.740	517.882
Adiantamentos		103.762	140.560
Despesas antecipadas		41.465	49.634
Total do ativo circulante		**6.274.473**	**7.271.480**
Total do ativo não circulante		**-**	**-**
Total do ativo		**6.274.473**	**7.271.480**
Ativo compensação			
Imobilizado	8.1	6.537.739	6.529.568
Intangível	8.1	2.451.223	2.451.223
Total do ativo compensação		**8.988.962**	**8.980.791**

Passivo	Nota	2021	2020
Circulante			
Fornecedores	5	624.803	833.191
Obrigações trabalhistas e tributárias	6	2.684.225	2.845.820
Subvenção governamental para custeio	7	2.890.789	3.518.307
Total do passivo circulante		**6.199.817**	**7.197.318**
Não circulante			
Provisão para contingências	9	74.656	74.162
Total do passivo não circulante		**74.656**	**74.162**
Total do passivo		**6.274.473**	**7.271.480**
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		-	-
Total do patrimônio líquido		**-**	**-**
Total do passivo e patrimônio líquido		**6.274.473**	**7.271.480**
Passivo compensação			
Subvenção governamental para investimentos aplicados	8.1	8.988.962	8.980.791
Total do passivo compensação		**8.988.962**	**8.980.791**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes dos Exercícios em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

	2021	2020
Superávit do exercício	**-**	**-**
Resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	**-**	**-**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados dos Exercícios em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

	Nota	2021	2020
Receitas operacionais			
Receitas de serviços prestados	10	76.846.170	81.576.471
Custos de serviços prestados	11	**(69.724.830)**	**(73.413.661)**
Resultado bruto		**7.121.340**	**8.162.810**
Despesas operacionais			
Administrativas e gerais	11	(7.563.199)	(8.086.118)
Demais despesas operacionais	11	(5.901)	(314.746)
		(7.569.100)	**(8.400.864)**
(Déficit) operacional antes do resultado financeiro		**(447.760)**	**(238.054)**
Resultado financeiro, líquido			
Receitas financeiras	12	449.410	239.705
Despesas financeiras	12	(1.650)	(1.651)
		447.760	**238.054**
Superávit do exercício		**-**	**-**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit do Exercício	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 01/01/2020	**-**	**-**	**-**
Incorporação do superávit do exercício	-	-	-
Superávit do exercício	-	-	-
Saldos em 31/12/2020	**-**	**-**	**-**
Incorporação do superávit do exercício	-	-	-
Superávit do exercício	-	-	-
Saldos em 31/12/2021	**-**	**-**	**-**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Superávit do exercício	-	-
Provisão para contingências	5.900	106.749
(Aumento) Redução nos ativos em		
Estoques	(55.858)	38.863
Adiantamentos	36.798	(93.487)
Despesas antecipadas	8.169	15.326
Depósitos judiciais	-	5.000
Aumento (Redução) nos passivos em		
Fornecedores	(208.388)	(382.000)
Obrigações trabalhistas e tributárias	(161.595)	94.949
Subvenção governamental para custeio	(627.518)	1.493.686
Contingências pagas	(5.406)	(40.884)
Fluxo de caixa proveniente utilizado nas atividades operacionais	**(1.007.898)**	**1.238.202**
(Redução) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**(1.007.898)**	**1.238.202**
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	6.563.404	5.325.202
No final do exercício	5.555.506	6.563.404
	(1.007.898)	**1.238.202**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Relatório Execução Orçamentária - Período 01/01/2021 a 31/12/2021

Saldo de caixa em 31/12/2020 **Valor R$ 6.560.494,45**

Demonstrativo dos Repasses Públicos Recebidos
Origem dos Recursos: Estadual

Data prevista para o repasse	Valores previstos R$	Documento de crédito nº	Notas de empenho nº	Data	Valores repassados R$
08/01/2021	6.265.131,00	2021OB00477	2021NE00110	07/01/2021	6.265.131,00
05/02/2021	6.265.131,00	2021OB09429	2021NE00146	05/02/2021	6.265.131,00
05/03/2021	6.265.131,00	2021OB15341	2021NE00146	05/03/2021	6.265.131,00
07/04/2021	6.265.131,00	2021OB22854	2021NE00146	07/04/2021	6.265.131,00
07/05/2021	6.265.131,00	2021OB31576	2021NE00146	07/05/2021	6.265.131,00
07/06/2021	6.265.131,00	2021OB41071	2021NE00146	07/06/2021	6.265.131,00
07/07/2021	6.265.131,00	2021OB52530	2021NE00146	06/07/2021	6.265.131,00
06/08/2021	6.265.131,00	2021OB64746	2021NE00146	06/08/2021	6.265.131,00
08/09/2021	6.265.131,00	2021OB76856	2021NE00146	06/09/2021	6.265.131,00
08/09/2021	259.270,00	2021OB96157	2021NE17118	21/10/2021	259.270,00
07/10/2021	6.265.131,00	2021OB89070	2021NE00146	06/10/2021	6.265.131,00
07/10/2021	259.270,00	2021OB96157	2021NE17118	21/10/2021	259.270,00
08/11/2021	6.265.131,00	2021OBA0091	2021NE00146	05/11/2021	6.265.131,00
08/11/2021	259.270,00	2021OBA7362	2021NE18170	22/11/2021	259.270,00
07/12/2021	6.265.131,00	2021OBB1407	2021NE00146	06/12/2021	6.265.131,00
07/12/2021	259.270,00	2021OBC0027	2021NE21604	20/12/2021	259.270,00
Subtotal					**76.218.652,00**
Receitas com aplicações financeiras dos repasses públicos					**427.289,39**
Outras receitas					23.040,90
Recursos próprios aplicados pela organização social					-
Total das receitas					**76.668.982,29**
Total das despesas no exercício 2021					**77.676.970,49**
Recurso público não aplicado					5.552.506,25
Valor devolvido ao contratante					-
Valor autorizado para aplicação no exercício seguinte					**5.552.506,25**

Relatório Execução Técnica - Contratado x Realizado - Período 01/01/2021 a 31/12/2021

	Procedimento			
	1º semestre		2º semestre	
Contratado/Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
Raio - X	123.816	114.670	105.186	111.076
Raio - X Contrastado		572		645
Tomografia	71.796	73.990	67.692	68.585
Tomografia com Sedação		302		370
Ressonância	12.180	12.306	13.260	12.324
Ressonância com Sedação		384		392
Ultrassonografia	51.492	51.279	51.492	54.208
Ultrassonografia com Doppler	9.744	10.432	9.744	11.483
Mamografia	14.586	14.836	20.136	19.561
Densitometria Óssea	1.800	1.818	1.800	1.764
Total	**285.414**	**280.589**	**269.310**	**280.408**

Relatório de Execução - Período 01/01/2021 a 31/12/2021

Nº de exames realizados	
Radiologia	226.963
Mamografia	34.397
Tomografia computadorizada	143.247
Traçados gráficos (densitometria óssea)	3.582
Ultrassonografia	127.402
Ressonância magnética	25.406

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 (Em Reais)

1. Contexto operacional: O Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo - SECONCI-SP ("Entidade"), fundado em 20 de março de 1964, é pessoa jurídica de direito privado, constituído sob a forma de associação, filantrópica e sem finalidade de lucros, destinado a prestar assistência social, promoção e prevenção à saúde, educação e demais atividades afins à população. Foi declarado de Utilidade Pública pelo Decreto Federal nº 63.204 de 03 de setembro de 1968, Lei Estadual nº 22 de 25 de setembro de 1972 e Decreto nº 9.526 de 18 de junho de 1971, alterado pelo Decreto nº 49.794, de 21 de julho de 2008. É portador do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS-SAÚDE) conforme Portaria SAS/MS nº 157, de 19 de janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 20 de janeiro de 2017 e processo nº 25000.017066/2022-83, acerca do andamento do requerimento de renovação da certificação. Até a presente data o processo com o pedido de renovação não foi concluído, estando a Entidade alcançada pelo disposto nos parágrafos 1º e 2º, do artigo 37, da Lei Complementar nº 187/2021, de 17/12/2021, ao estabelecer que "a certificação da entidade permanecerá válida até a data da decisão sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado". Em 1998, foi promulgado da Lei Complementar nº 846/98 aprovada pela Assembleia Legislativa, o Governo do Estado de São Paulo passou a qualificar entidades filantrópicas para a celebração de Contratos de Gestão com vistas à operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde de unidades públicas. Assim sendo, a entidade foi qualificada pelo Governo do Estado de São Paulo, como Organização Social de Saúde - "OSS". Em decorrência destas qualificações e da experiência adquirida ao longo de seus cinquenta e oito anos, a entidade participou de chamamento público e foi vencedora em processos de seleção, assumindo a gestão do Serviço Estadual de Diagnóstico por Imagem II (SEDI II). A Entidade assinou contrato de gestão com a Secretaria de Estado da Saúde em março de 2010. **1.1. Covid-19:** Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial, aumentaram o grau de incertezas para os agentes econômicos e podendo gerar impactos nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. A Administração avalia de forma constante o impacto da pandemia nas operações e na posição patrimonial e financeira da Entidade, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. **2. Apresentação das demonstrações e principais práticas contábeis: 2.1 Base de apresentação: Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) incluindo as disposições contidas na Interpretação Técnica ITG 2002 "Entidades sem Finalidade de Lucros", bem como de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)) conforme emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa nº 9** - Reconhecimento e mensuração da provisão para contingências. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A administração acredita que essas provisões para riscos trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras. **a. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". De acordo com o Contrato de Gestão, a Entidade deve aplicar financeiramente todos os recursos enquanto estes não forem efetivamente aplicados em sua finalidade, quer seja custeio ou investimento. As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa por serem mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo de até 90 dias, visando a continuidade normal das atividades da Entidade. **b. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo valor de custo de aquisição e estão relacionados, principalmente, a medicamentos e insumos hospitalares para serem utilizados junto aos pacientes. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. **c. Imobilizado e Intangível: (i) Reconhecimento e mensuração - Imobilizado e Intangível - filiais OSS:** Os elementos do ativo imobilizado e intangível são reconhecidos ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos. Os bens adquiridos para as unidades públicas administradas pela Entidade no âmbito do contrato de gestão, por se tratarem de bens do Estado de São Paulo são controlados em contas de compensação, da mesma forma que a subvenção para investimentos aplicados. Os ativos imobilizados e intangíveis utilizados no serviço estadual de diagnóstico por imagem, são bens patrimoniais públicos que estão sob a responsabilidade da Entidade, durante a vigência do Contrato de Gestão são destinados a operacionalização das atividades de serviços de saúde. Visando a formalização da cessão dos bens móveis, anualmente são emitidos os termos de permissão de uso, que visam a incorporação dos mesmos a Administração Pública. **d. Obrigações trabalhistas e tributárias:** Representam os valores de tributos e contribuições devidos pela Entidade. O referido grupo contempla também as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos. **e. Subvenções governamentais:** Quando destinados ao custeio, os recursos são creditados no grupo de conta "Receitas com Contratos de Gestão" no resultado do exercício, para fazer face às despesas incorridas. As subvenções para investimentos são reconhecidas como subvenção a aplicar no passivo circulante, sendo reconhecida como recurso de subvenção aplicada no momento das aquisições dos ativos, as quais são controladas em contas de compensações. **f. Outros ativos e passivos (circulante e não circulante):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **g. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **h. Receita operacional: (i) Receita com contrato de gestão e operacionalização de serviços:** A Entidade, qualificada como Organização Social de Saúde, através de Contratos de Gestão, celebra parcerias de gestão de serviço de saúde no âmbito do Estado de São Paulo. A legislação estadual regulamentou as parcerias com entidades filantrópicas, que passaram a ser qualificadas como Organizações Sociais de Saúde (OSS) e que, em decorrência dessa qualificação, adquiriram o direito de celebrar Contrato de Gestão de Serviços com a Secretaria de Saúde. Visando o gerenciamento de equipamentos públicos de saúde, as legislações determinaram ainda que estes equipamentos gerenciados pelas OSS atendam exclusivamente aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). A remuneração do contrato de gestão é definida de acordo com suas características de atendimento, orçamento de custeio pré-fixado, baseados em um sistema de custos referente à produção de procedimentos das principais áreas de atuação do equipamento e em indicadores de organização do serviço, ou seja, conforme preconizado na contratualização de serviços no SUS, sendo estabelecidas metas quantitativas e metas qualitativas para o acolhimento do usuário SUS, humanização, entre outras. Ao final de cada exercício, é celebrado termos de retificação ao contrato de gestão vigente, em que valor do recurso financeiro (receita) é definido conforme as metas propostas em relação às atividades. **i. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros e rendimentos de aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem as despesas bancárias. **j. Apuração do resultado:** As receitas decorrentes de subvenções do contrato de gestão, custos e as demais receitas e despesas são reconhecidas, respeitando-se o princípio da competência. As subvenções decorrentes do contrato de gestão são reconhecidas conforme os valores previstos nos contratos celebrados com o poder público. **k. Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber do Estado são reconhecidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber do Estado sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR ("Valor Justo por meio do Resultado"), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber do Estado sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(ii) Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Entidade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR):** Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Entidade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento

continua...